

Prioridade à graduação?

O GLOBO

26 MAR 1998

VANILDA PAIVA

Educação

O MEC decidiu priorizar a graduação e está aberto a sugestões não importunantes: por isso mesmo seu ministro avisou logo pelos jornais que não aceita a rejeição de sua maneira capenga, ligeira e conflituosa de priorizá-la. Haverá alguém relativamente instruído neste país que deixe de reconhecer que a grande façanha educacional dos anos 70/80 foi a montagem de um eficiente sistema de pós-graduação? Ou que ignore que a consolidação da avaliação por pares e assignação de bolsas de estudo e de produtividade em pesquisa foi e continua sendo fundamental para a construção de um patrimônio capaz não só de formar novos quadros profissionais em elevados padrões, mas de ampliar numericamente, por áreas de conhecimento e regionalmente, a intelectualidade brasileira, assegurando patamares de algum modo comparáveis entre si e rompendo com a exclusividade do eixo Rio-São Paulo? Que este modelo eficiente vem sendo atacado em suas bases creio que não existem dúvidas.

Seria absurdo deixar de reconhecer que uma revolução educacional silenciosa e contínua teve lugar no Brasil, *malgré* a permanente utilização do MEC e das secretarias de Educação como trampolim para outras conquistas de seus titulares e de seus freqüentemente medíocres mas fiéis gestores de maro-

las. O que hoje é apresentado como grande feito, como a matrícula inicial de quase 35 milhões de alunos no Primeiro Grau ou a expansão crescente e rápida do Segundo Grau, dificilmente se explica por políticas recentemente saídas do forno. São resultado de uma evolução inercial mas firme, de uma dinâmica há muito iniciada e que só surpreende pelo vigor da pressão intra-sistêmica que gera, obrigando a ampliação dos patamares superiores (como é o caso do Segundo Grau neste momento). Infelizmente, a expansão pela base não assegurou padrões de qualidade condignos, exatamente porque promovê-los implica gestões mais complexas, competentes e compromissadas.

Mas seria igualmente fora de propósito pretender que a graduação — em especial nas universidades públicas — tenha perdido qualidade. Há que pôr a mão na consciência e lembrar o que eram os cursos fora do eixo maravilha e até mesmo dentro dele há algumas décadas, quando qualquer um dava aulas de qualquer coisa. Eu mesma me lembro de, nos anos 60, penalizada e revoltada com o nível do curso, ter preparado aulas de história da educação para um proctologista, dono da cátedra, e de recebê-las no dia seguinte placidamente sentada na minha carteira. Por isso, não me venham com histórias da carochinha. A pós-graduação e a pesquisa foram decisivas, junto com outros fatores — como a diversificação e redireciona-

mento dos cursos e da formação, o regime de créditos, a instalação de laboratórios — para que a graduação ganhasse outra dimensão e peso.

Apesar disso, ninguém vai negar que a universidade foi sendo polarizada entre o alto clero, que — podendo — fez uma escolha preferencial por dar aulas na pós-graduação, e em baixo clero em vias de extinção. Seria, no entanto, uma injustiça deixar de reconhecer o trabalho de professores pouco titulados que, pelas mais diversas razões, não fizeram carreira acadêmica mas foram e são fundamentais na formação dos nossos alunos.

A atual proposta do MEC deve ser rejeitada *ad liminem* pela simples razão de que foi mal pensada e não melhora muito com as generalidades traçadas na última sexta-feira pela UFRJ, uma das duas únicas universidades a aceitá-la — evidentemente de cima para baixo. É uma péssima proposta, porque introduz um elemento de disputa (e não de concorrência eficiente, para usar o jargão liberalóide) pouco saudável entre docentes mal pagos e sem ajuste dos salários à inflação há quatro anos, porque não assegura a estabilidade e continuidade de qualquer programa, porque atua tipicamente segmentando de alto a baixo não só o corpo do-

cente, mas as próprias ações. Além disso, todos sabemos que não serão os mais dotados e dedicados à causa docente que terminarão em sala de aula; também não serão os melhores pesquisadores. Esta é uma medida que funciona como motor de arranque de maior acirramento da luta por posições de controle, disputa na qual — sabe-se muito bem — os vencedores não são os melhores acadêmicos (até porque têm mais o que fazer) nem os administrado-

res portadores de forte consciência meritocrática. Agirá como mais um fator de deterioração do clima interno das universidades públicas, além de nelas fazer penetrar a cunha da remuneração diferenciada.

Parece ser, na verdade, que estamos lidando com preconceito aliado a um embotamento da imaginação e a forte componente antidemocrático, que aliás

manifesta-se também em outras áreas da política educacional e deve merecer maior discussão pública específica. Pretender ainda concentrar as bolsas nas universidades ou nas áreas que se submetam serve para mostrar que, em matéria de autoritarismo, os donos do poder de hoje distinguem-se da ditadura que combateram num único tópico: na reivindicação de legitimidade em nome

A atual
proposta do
MEC deve ser
rejeitada *ad
liminem...*

de ideais sociais rapidamente abandonados nesta espécie de “revanche de 32”.

A sociedade brasileira não pode continuar deixando passar em brancas nuvens afirmações como aquela feita pelo ministro de que “não abrirei mão de sua implementação” ou análogas. Foram muitos anos de luta contra a ditadura para, de repente, ver tais palavras na boca ou na caneta de nossos ex-colegas. Os efeitos da Corte são conhecidos: a fraqueza dos homens também. Mas a única maneira de combater formas de ditadura “branca” é rejeitando o argumento de autoridade (na prática, a falta de argumento) usado na defesa de políticas sobre cujas razões e verdadeiros objetivos pairam dúvidas. O mal-estar com o clima autoritário no que tange a medidas na área educacional vem desde o início de 1995. A diferença é que, agora, o conjunto de discutíveis soluções de Washington ou Barcelona já mostrou seus limites e talvez não possa ser mais tão facilmente posto em uso com mero apelo à manipulação e à propaganda. O abandono do social, a incapacidade de diálogo e o desespero frente à incapacidade técnica de dar soluções adequadas aos problemas estão na raiz de uma progressiva e visível perda de legitimidade.

VANILDA PAIVA é escritora e professora aposentada da UFRJ.